

SESMARIAS DO AÇÚCAR. SÍTIOS HISTÓRICOS

SOCORRO FERRAZ¹

Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: Este artigo trata da distribuição das sesmarias em Pernambuco para a fundação dos primeiros engenhos, do entrelaçamento das famílias dos primeiros proprietários e da relação entre estes e a criação de vilas e povoados na Zona da Mata sul de Pernambuco.

Palavras-chave: Sesmaria; açúcar; engenhos.

Abstract: This article deals with the distribution of the *sesmarias* in Pernambuco for the establishment of the first sugar plantations and mills, with the interconnections between the families of the first owners, and with the relationship between the owners and the creation of small villages in the south of Pernambuco's zona da mata.

Keywords: Sesmaria; sugar; sugar mill.

Coube a Duarte Coelho, o primeiro donatário de Pernambuco, em 10 de março de 1534, a capitania mais extensa do Brasil; agregavam-se a essas terras 'largos poderes', relativos à administração da capitania, mas deveriam ser exercidos dentro dos limites da mesma.

Em Fontes Repatriadas² pode-se ler que

“As cartas de Doação e os Forais se constituem fontes privilegiadas para a compreensão do ordenamento jurídico que moldou a sociedade colonial brasileira nos primeiros anos de sua existência. Na aplicação, essas duas peças tradicionais do sistema político-administrativo português foram adaptadas às circunstâncias locais”.

As Cartas de Doação definiam o que a Coroa doava ao donatário em bens e quais eram os direitos reais. Ou seja, quais as obrigações dos donatários para com a Coroa. Os Forais cuidavam da relação entre o Rei e o donatário definindo o que o donatário deveria receber como renda, assim como os seus direitos políticos e suas responsabilidades perante a Coroa.

Na base do governo donatarioal estavam três responsabilidades, as quais foram transferidas da Coroa para os donatários: administração, justiça, e rendimentos.

Como doações régias, as capitánias dizem respeito à dispersão de bens da Coroa, de direitos inerentes à soberania real, tendo em vista objetivo preciso, dentro de um enquadramento jurídico e doutrinário.³ A discussão suscitada, tanto na historiografia portuguesa quanto na brasileira, está em relação aos poderes contidos nestas doações e, portanto sobre a natureza do sistema jurídico, a qual elas pertencem. Alguns autores, como Paulo Merêa, consideraram o sistema de capitánias como uma inteligente e fecunda adaptação das concessões feudais.⁴ Antonio Vasconcelos de Saldanha aponta, que “*os dois grandes sustentos jurídicos do domínio da Coroa de Portugal eram considerados estarem invariavelmente fundados ou numa aquisição originária de territórios (Açores ou Madeira), ou no caso de outros habitados, na força e diploma pontifícios de doação*”.⁵ É o caso do Brasil, cujo diploma pontifício de doação se fundamentava no Tratado de Tordesilhas, de 07 de junho de 1494, que por sua vez se baseou na bula *Inter coetera* de 1493.

O sistema de capitánias hereditárias, fundado em doações, era muito complexo a partir das delimitações de grandes territórios, baseadas em uma linha geográfica fictícia – a linha Tordesilhas, tendo como base de autoridade a da religião católica, representada pela figura papal.

Outra complexidade foi explicitada no parcelamento dos lotes de forma desigual. As capitânicas eram umas maiores que outras.

Pensando ainda no rol das complexidades, há a discussão se as doações régias portuguesas dos séculos XV e XVI pertencem ao estatuto jurídico, que corresponde ao feudo ou ao senhorio. Embora haja muita semelhança entre ambos, historiadores portugueses como Manoel Hespanha e Paulo Merêa afirmam que nem Portugal conheceu o regime feudal, comparativamente ao que aconteceu na França, por exemplo. Na definição de Saldanha sobre senhorio “*subjaz uma delegação de poderes normalmente inerentes ao Soberano, cujo detentor os exerce não como uma função, mas como um direito pessoal e geralmente hereditário ainda que (o) termo seja passível de ser interpretado como um conjunto de direitos específicos ou no sentido de área de jurisdição ou território determinado onde esses direitos são exercidos*”.⁶ Estudos sobre a natureza dessas doações revelam que elas não foram feitas aleatoriamente, ou por mercê de atos compensatórios, mas que elas têm uma natureza remuneratória, até porque o Rei não é senhor dos bens públicos e sim administrador. O que o Rei conseguiu no ato da ‘descoberta’ do Brasil e ilhas, e outras terras, foi ampliar o seu Império, portanto aumentar o número de possíveis doações. Estas doações estavam sujeitas à Lei Mental que se baseava em princípios:

- a - que a doação de bens reais não confirmava domínio ao Donatário;
- b - que o direito de sucessão estava fundamentado no título de doação e não no parentesco pelo sangue;
- c - que a doação de bens reais terá efeito enquanto viver o Donatário;
- d - que às doações de juro e herdade não se inferia um direito perpétuo, estando sujeitas à confirmação, se necessário.

É tanto notório que a legislação era adaptável às circunstâncias que a capitania de Pernambuco e da Paraíba, terminado o domínio holandês nessas áreas, elas não mais ficariam sob o domínio dos herdeiros dos primeiros donatários. Tanto uma como a outra passaram a ser capitânicas reais, com administradores, governadores, nomeados pelo Rei.

A extensão da capitania, no momento da doação, em 1534, era de sessenta léguas de terras na costa do Brasil, as quais começavam no Rio São Francisco, que está ao sul do cabo de Santo Agostinho e terminavam no rio de Santa Cruz, que cerca a ilha de Itamaracá. A mesma largura deveria ser observada em relação ao Sertão, ou seja, na direção oeste até esbarrar na linha de Tordesilhas. Portanto, a capitania de Pernambuco incluía o que hoje conhecemos como Alagoas e, também o que depois veio a se denominar a Comarca do São Francisco.

O donatário conquistou palmo a palmo as terras doadas, guerreando contra os índios, contra franceses e em alguns momentos contra aventureiros lusos. É a partir da capitania de Pernambuco que foi se dando a expansão territorial, tanto na direção norte como na direção sul. Portanto, outras capitanias como Itamaracá, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará foram consideradas anexas a de Pernambuco, desde que compunham o governo de Pernambuco; estando subordinadas ao seu território de jurisdição; também Alagoas, que não tinha status de capitania, era uma ouvidoria subordinada à capitania de Pernambuco.

Na ausência de metais preciosos e com o fim da intensidade dos negócios com o Oriente, o sistema de capitanias hereditárias deveria produzir rendas, principalmente aquelas destinadas à Coroa. Deu-se prioridade à produção do açúcar.

Em 1573, a Capitania já apresentava certa organização administrativa e produtiva da cultura do açúcar. Um setecentas famílias, de origem portuguesa a habitavam; vinte a trinta moradores em cada engenho de açúcar existente na época, três mil homens treinados para a guerra e quatrocentos montados, que constituíam a cavalaria desse exército; quatro mil a cinco mil escravos indígenas, além dos escravos vindos da África, que desde 1539 eram trazidos da Guiné, pelo 'trato dos viventes'. A média anual de embarcações, que entravam no porto era de quarenta e cinco navios; os impostos da Coroa chegavam a vinte mil cruzados, anualmente, e, cada senhor de engenho poderia importar cento e vinte escravos, por ano e pagar apenas um terço dos impostos devidos à Coroa, em vez da metade como era cobrado normativamente.

Por esta época já existiam cinco vigararias, em Pernambuco: São Lourenço da Mata, Várzea do Capibaribe, Cabo de Santo Agostinho, Corpo Santo no Recife, São Pedro Mártir em Igarassu e Santo Amaro

em Jaboaão. Estavam colonizadas as terras da Paraíba, de Alagoas e do Rio Grande do Norte.

Esta descrição demonstra certa prosperidade, o que significa que houve repartição das terras e distribuição com homens brancos, detentores de cabedal. Esta distribuição de terras fez-se de duas maneiras, conforme se registrou em livros diferentes: no livro de tombo das terras que eram doadas e, em outro livro de matrícula, que se registravam os nomes dos que se propunham a gozar dos foros de moradores de sua capitania.

Desde 24 de setembro de 1534, o Donatário de Pernambuco recebeu autorização do rei D. João III para distribuir terras através do sistema sesmarial.⁷ Portanto, Duarte Coelho tratou de fazer a distribuição de terras, que em sua maioria foi destinada à construção de engenhos, os fundamentos da colonização. Pelo que regulava o Foral, o donatário Duarte Coelho poderia conferir cartas de sesmarias de terras a quaisquer pessoas que as solicitassem, conforme as leis da época, livres de ônus, salvo o dízimo a Deus, sendo, entretanto, proibido repartir a sesmaria. O sesmeiro não poderia fazer doações a sua mulher nem aos filhos e herdeiros, como também não poderia se apropriar de uma parte para si mesmo. O Quinto direito dos Direitos e Prerrogativas dos Donatários permitia a estes dar sesmarias segundo as Leis do Reino aos que pedissem, sendo cristãos. A carta Régia de 7.12 de 1617 regulava a extensão das sesmarias “*até três léguas de comprido sobre uma de largo*”. Em fins do século XVII, em 20.01 de 1699, outra Carta Régia obrigava o pagamento do foro aos que recebessem terras, a título de sesmaria. Sucessivas leis regulamentavam as sesmarias, que estivessem em mãos de ordens religiosas. Uma das mais fiscalizadas era a que proibia a sucessão da posse, salvo se pagasse foro.⁸

Descrições de autoridades burocráticas portuguesas, no fim do século XVI, indicam que desde a Comarca de Alagoas até o Rio Grande do Norte havia um cordão de matas, que continham preciosas madeiras, inclusive o pau-brasil. Com a distribuição das sesmarias, esta faixa litorânea foi pouco a pouco desmatada e, como esta não é muito extensa, no sentido oeste, o clima também se modificou. Com o tempo e com esta prática constante de desmatamento para o plantio de cana-de-açúcar, o clima foi se tornando em algumas regiões um pouco agreste.

A ocupação européia – francesa e portuguesa – se iniciou nesta região; a princípio com a atividade extrativa do pau-brasil, depois com o estabelecimento de engenhos de açúcar e de outras culturas, inclusive as de subsistência. A entrada nas matas e sua conseqüente derrubada, em busca da extração do pau-brasil, naturalizaram o desmatamento e denuncia o pouco cuidado com as madeiras, inclusive as que serviriam à construção de barcos, de casas, equipamentos para os engenhos. As sesmarias foram doadas sem reservas para o pau-brasil e madeiras, próprias para construção. Não houve por parte das autoridades doadoras das sesmarias cuidados para um ambiente auto-sustentável. O engenho de açúcar, que exigia a madeira, como necessária ao seu funcionamento, ainda teve no senhor de engenho um agente preocupado com a proteção de algum terreno destinado à reprodução da madeira. Mas, com a grande demanda pelo algodão, esta cultura ao se espalhar também por esta região fez total destruição das matas.

As primeiras sesmarias foram distribuídas a fidalgos e gente de elevada hierarquia, que chegavam de Portugal e de outras nações européias trazendo suas famílias e haveres próprios. Estes capitais lhes proporcionavam a possibilidade de casamentos junto à parentela do donatário, a recepção de sesmarias e a fundação de engenhos de açúcar, preferencialmente, ou outra atividade como financiamento das bandeiras para encontrar ouro ou o prear índios, para escravizá-los.

Os primeiros sesmeiros da Capitania de Pernambuco receberam suas datas de terras a partir de 1535. As famílias beneficiadas são quase todas ligadas à parentela do Donatário ou articuladas com capitais estrangeiros que aplicaram nos engenhos. Vejamos a lista nominativa. A informação é de Pereira da Costa:⁹

- Filipe Bandeira de Melo e sua mulher Maria Maciel Andrada;
- Pedro Bandeira de Melo;
- João Gomes de Melo casado com D. Ana de Holanda. Deste casamento surge a família Melo da Casa de Trapiche do Cabo de Santo Agostinho;
- Arnau de Holanda, natural de Utrecht, sobrinho do papa Adriano VI, casou-se com D. Brites Mendes de Vasconcelos, natural de Lisboa, filha de Bartolomeu Rodrigues, camareiro-mor do Infante D. Luís, filho

do Rei D. João III. Desse matrimônio, origina-se a família Holanda, entrelaçada com a família Cavalcanti de Albuquerque;

- Antonio Bezerra Felipa, nobre, provavelmente de origem italiana, fez alianças com famílias consideradas distintas, na Capitania;
- Jerônimo de Albuquerque, cunhado de Duarte Coelho, casado com Filipa de Melo, com quem teve vários filhos. Deste casamento surge a família Albuquerque Melo e Cavalcanti de Albuquerque. De suas uniões extraconjugais surgiu a família Albuquerque Maranhão. Jerônimo teve filhos legítimos, legitimados e ilegítimos;
- Sibaldo Lins e Cristóvão Lins, fidalgos alemães, chegaram ao final do século XVI. Sibaldo Lins casou-se com D. Brites de Albuquerque, viúva do Donatário e Cristóvão Lins com D. Adriana Holanda, filha de Arnau de Holanda;
- Dom Felipe de Moura chegou a Pernambuco em 1556, sobrinho de D. Brites de Albuquerque, que em nome do seu filho, o segundo donatário, governava a Capitania, Dom Felipe de Moura casou-se duas vezes: a primeira com uma mulher da família Albuquerque e a segunda com uma mulher da família Cavalcanti;
- João Paes Barreto, natural de Viana, Portugal, pertencia à nobre estirpe dos Morgados de Bilheiras, chegou a Pernambuco em 1557, casou-se com D. Inês Guardéz, filha de Francisco de Carvalho Andrade e de sua mulher Maria Tavares Guardéz, senhores do Engenho São Paulo, na Várzea do Capibaribe. Daí provém a família Paes Barreto;
- Gonçalo Mendes Leitão, irmão do Bispo do Brasil, Pedro Leitão, casou-se com Antonia de Albuquerque, filha de Jerônimo de Albuquerque com a índia Maria do Espírito Santo Arcoverde, recebendo em dote as terras de Paratibe, onde fundou um grande engenho de açúcar;
- Filipe Cavalcanti, fidalgo florentino, já residia em Pernambuco desde 1556. Casou-se com D. Catarina de Albuquerque, filha de Jerônimo de Albuquerque com a índia Maria do Espírito Santo Arcoverde, legitimada por concessão régia. Desta união provém a família Cavalcanti de Albuquerque;
- Brás Barbalho Feio, fidalgo, casou-se com uma filha de Francisco Carvalho de Andrade, fidalgo da Casa Real e senhor do engenho São Paulo da Várzea.

- Álvaro Fragoso, natural de Lisboa, fidalgo da câmara do Rei D. Sebastião, veio para Pernambuco e aqui casou-se com D. Joana de Albuquerque, filha legitimada de Jerônimo de Albuquerque;
- José Peres Campelo chegou a Pernambuco em 1680, recebeu sesmaria, fundou engenho que deu o nome de Peres, junto engenho Jiquiá, em Afogados. É o tronco da família Peres Campelo;
- Luis do Rego Barreto, segundo consta é de família nobre, em 1596, seu nome já está registrado em livros da Câmara de Vereadores de Olinda, como um deles. Casou-se com uma das filhas de Arnau de Holanda, de cujo consórcio se origina as famílias Rego Barros e Barros Barreto;
- Gaspar de Souza Uchoa, era militar e Capitão General em 1638, em Pernambuco, casou-se com uma filha de Marcos André, senhor de engenho da Torre. Desse matrimônio originou-se a família Uchoa.

Por concessão donatária receberam todos, a título de sesmaria, terras necessárias ao empreendimento proposto, de propriedade perpétua, livres de pagamento de foro ou pensão. Agregavam-se a estes benefícios vários favores régios. Esta política de distribuição de terras fazia-se para os cultivadores do açúcar, exploradores do pau-brasil, desde o século XVI e para a criação do gado no Sertão, a partir do século XVIII. Os sesmeiros que recebiam grandes quantidades de terras puderam, a título de foro, arrendá-las aos lavradores, mesmo que estes atos não fossem amparados pela lei maior das sesmarias.

Sobre sesmarias, Fernando Gama escreveu muitas informações em suas *Memórias Históricas*. Desta obra podemos avaliar a importância da demarcação de terras (que nunca houve), a política de distribuição de terras após a invasão holandesa, as queixas sobre a ausência da demarcação e, por fim podemos perceber a doação de grandes extensões de terras a uma única pessoa e a origem do latifúndio no Brasil.

De acordo com o Foral da Capitania de Pernambuco estava proibido ao donatário acrescentar às terras doadas em forma de sesmarias outro ônus que não fosse o dízimo sobre os gêneros agrários. Como a demarcação das terras era o negócio mais delicado da colônia, Duarte Coelho, o primeiro donatário, criou o ofício de *demarcador de terras*. Entretanto, esta providência somente foi realizada durante o governo do primeiro donatário. Após o falecimento de Duarte Coelho a ambição

dessas famílias e de outras que se agregaram transformou as posses de terras em atos frequentes, sem nenhuma ordem nem obediência a uma regulamentação. Isto tornou a verificação de antigos títulos, no que diz respeito à nominada dos proprietários e, ou onde inicia e termina uma propriedade, praticamente impossível. Daí, a origem desses ódios hereditários, em algumas famílias, que têm se arruinado mutuamente.

Conquista e ocupação do Cabo de Santo Agostinho

A presença portuguesa nessa região antecede à chegada de Duarte Coelho. Em 28 de agosto de 1521, o Comandante da Frota Portuguesa que fazia o reconhecimento das terras pertencentes a Portugal ao dobrar um promontório denominou-o de Cabo de Santo Agostinho. Estas terras eram ocupadas pelos índios, que viviam em aldeamentos e pelas matas. Com a chegada de Duarte Coelho e após ter conquistado terras a partir dos marcos, no canal de Santa Cruz e ocupar os sítios que hoje chamamos de Igarassu e Olinda, o donatário deu início ao seu plano de colonização: ampliar a conquista das terras, para distribuí-las em sesmarias para que se transformassem em engenhos de açúcar. O sítio, conhecido hoje como o Cabo de Santo Agostinho foi conquistado entre 1560 a 1571, em duas campanhas violentas contra os índios, das quais participaram o Capitão da Vila de Igarassu Fernão Lourenço, Cristóvão Lins, Gonçalo Mendes Leitão, o capitão João Paes Barreto, Bento Dias Santiago e Gonçalo Mendes Dalva.

Concluídas as campanhas militares com toda crueldade em relação aos índios, Duarte Coelho iniciou a distribuição das sesmarias, cabendo aos conquistadores as primeiras: João Paes Barreto, Cristóvão Lins e Filipi Cavalcanti. As terras de João Paes Barreto se situavam ao sul do Rio Arassuagipe (atual Pirapama), e, nesse local, em 1580, este sesmeiro levantou dez engenhos: Madre Deus ou Velho, Guarapu, Algoduais, Trapiche, Guerra, Ilha, Santo Estevam e Jurissaca; este último vinculou-o a Catarina Barreto, sua filha.¹⁰ Informa-nos Gilberto Osório e Raquel Caldas Lins¹¹ que uma primeira evidência que ressalta é o fato de que o interesse pela ocupação territorial acentuou-se primeiro em relação ao setor mais setentrional da bacia do Pirapama, na zona drenada pelo Rio Gurjaú. Foi exatamente neste lugar, segundo Capistrano de Abreu,

que Ambrósio Fernandes Brandão¹² conseguiu terras de sesmaria na ribeira do Gurjaú. A ocupação do cabo foi se espraiando para o norte, no limite com Jaboatão. Outras sesmarias foram sendo doadas e novos engenhos foram se erguendo. O Sargento-mor Bento Gonçalves Vieira levantou os engenhos Javunda, Floresta e Gameleira. A ocupação vai avançar mais rapidamente na direção do Rio Ipojuca ou pela concessão de sesmarias ou pela alegação dos colonos de terem encontrado terras devolutas. Nos dois casos, as terras vão servir à edificação de engenhos de cana-de-açúcar ou de plantações desta cultura.

No Cabo de Santo Agostinho, no século XVI, ainda recebeu terras, Tristão de Mendonça. A sua sesmaria media duas léguas do Cabo para o sul e três para o poente. Destinava-se ao cultivo da cana e do algodão e da manutenção de marinas de salinas. Nessa sesmaria foram levantados os engenhos do Meio, Massangana e Tabatinga.

Na Documentação Histórica Pernambucana¹³ encontramos referências que Inácio da Cunha Moura, no início do século XVII, recebeu uma grande doação de terras, nessa região, onde instalou vários engenhos de açúcar: Cabuçzinho, Novo da Conceição, Cumarú, Brejo, Buscaú, Paris e o Furna.

No século XVI, as sesmarias eram mais extensas mesmo que as dificuldades em mantê-las livres da presença dos índios fossem maiores, a ambição de obter grandes quantidades de terras e, dessa forma, se tornarem grandes senhores, parece ser maior que as condições reais de ocupação produtiva dessas terras.

O que se percebe nas leituras sobre doações de sesmarias é que pela grande quantidade de terras devolutas, à proporção que a repartição das terras foi se efetuando, uma ou outra parte de terra, espremida entre as sesmarias imensas, não foi ocupada, até pelas dificuldades nas demarcações. Isto resultou que uma camada ‘menos nobre’ dos conquistadores, como por exemplo, parcela da burocracia militar ou civil, pudesse requerer e receber “*uma sorte de terras ou sobras*”. Assim, no governo de Henrique Pereira Freire (de 24 de agosto de 1737 até 23 de janeiro de 1746) as sesmarias de menor extensão multiplicaram-se.

Em 1618, o povoado já era sólido e se ergueu uma capela tendo Santo Antonio como padroeiro. Quatro anos depois foi criada a freguesia do Cabo.¹⁴

À proporção que os negócios do açúcar geravam lucros, os engenhos se multiplicavam e novas localidades surgiam como: Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Gameleira, Água Preta e Jacuípe.

O povoado de Ipojuca surge de uma doação de sesmarias no início do século XVII. As famílias Lacerda, Cavalcanti, Rolim e Moura aí se estabeleceram fundando engenhos e importando escravos. A sua freguesia foi criada em 1881. Pela proximidade com o Cabo de Santo Agostinho, aquela localidade esteve sempre subordinada a esta. Após a conquista do Cabo e de Ipojuca, com a dizimação dos índios, Duarte Coelho organiza uma expedição visando atingir Sirinhaem em duas frentes: por mar, cujo comando foi entregue ao fidalgo florentino Filipi Cavalcanti e, por terra a expedição esteve sob a responsabilidade de Jerônimo de Albuquerque.

Em Sirinhaem, as famílias Acioly, Lins, Siqueira, Uchoa, Peres, Campelo e Barros também receberam doações de terras assim como Diogo Martins Pessoa, que recebeu uma grande sesmaria; em 1621 a freguesia de Sirinhaem foi estabelecida. Duarte de Albuquerque Coelho, o quarto donatário assinou sua graduação de vila, em 1627.

Relatórios do governo holandês, de 1630, registram que na localidade de Sirinhaem, já existiam dezoito fábricas de açúcar. Nesses documentos holandeses estão citados vários engenhos como Cocaúpe, que mais tarde se chamará Cucaú (hoje é um parque industrial importante), Rio Formoso e Trapiche.

Das terras do engenho Rio Formoso formou-se um povoado e passou a ser atendido pela Freguesia do Una, também subordinada ao Cabo de Santo Agostinho. A autonomia de Rio Formoso da Vila de Sirinhaem deu-se em 07 de novembro de 1789, quando foi terminado o inventário do Mestre de Campo José Luiz Paes de Melo, falecido no engenho Mamucabas. Estes e outros fatos demonstram como o surgimento dos povoados e vilas, nessa região, esteve ligado às atividades particulares dos senhores de engenho do açúcar.

O município de Água Preta fez parte das terras de Sirinhaem e esteve subordinado juridicamente a Rio Formoso; aquele se transformou em distrito quando do desdobramento de Rio Formoso, em 1846. Em 1873, a sede foi transferida para Montes e elevada à categoria de Vila com o nome de Palmares.¹⁵

Engenhos de Açúcar, sítios históricos

A relação de engenhos que conseguimos levantar na Zona da Mata sul de Pernambuco, através do relatório da Petrobrás que trata do gasoduto Alagoas/Pernambuco, trouxe-nos algumas surpresas, pois alguns engenhos ainda continuam com a mesma denominação de quando foram fundados, mas, na maioria das vezes pertencem a cidades com denominações diferentes das antigas vilas.

Denominamos essas unidades de *sítios históricos* porque um sítio abrange um engenho ou vários ou algumas cidades. *Sítio histórico* é, portanto, uma categoria histórica que indica com mais propriedade o local onde se processou alguma ação histórica.

Na primeira parte do trabalho, tratamos da distribuição das sesmarias, da repartição das terras para a formação dos primeiros engenhos, do entrelaçamento das famílias proprietárias, cujos nomes ainda povoam o imaginário e a realidade do açúcar, e da formação de algumas vilas e povoados.

Nesta segunda parte do trabalho trataremos dos sítios históricos, que aparecem no relatório da Petrobrás com a mesma denominação de séculos anteriores e que surgem também entre as informações de outros períodos históricos.

Entre as terras doadas pelo primeiro donatário, Duarte Coelho, a Tristão de Mendonça, para cultivar cana e algodão aparece o engenho Tabatinga. Abandonado pelo seu proprietário (da época), no momento em que os holandeses ocuparam a região ao sul do Recife, esteve no lote de leilão, que arrematou propriedades confiscadas e que foram avaliadas entre 13.500 e 70.000 florins. Em 21 de janeiro de 1711, Tabatinga aparece na literatura canavieira com seu ilustre proprietário João Batista Acioli de Moura. A referência é feita no momento em que é nomeado alcaide-mor de Olinda. Sendo, João Batista Acioli de Moura, fidalgo, cavaleiro da Casa Real, apadrinhado para o recebimento do cargo por João do Rego Barros e o Capitão-mor Luís de Albuquerque Maranhão, o seu engenho seria um dos maiores e mais importantes da região. Suas terras pertencem hoje ao Complexo Industrial Portuário de Suape. Não mais produz cana-de-açúcar.

O engenho Santa Rosa pertenceu a Filipe Cavalcanti que iniciou sua montagem em 1556. Este proprietário pertencia, como já foi mencionado, à primeira nobreza de Florença, tanto por ascendência paterna quanto materna. Recebeu grandes quantidades de terras na região do Cabo de Santo Agostinho e ali implementou 03 engenhos: o Santa Rosa, Santana e Utinga; situados em uma légua de terra em quadro, por concessão de Duarte Coelho de Albuquerque, segundo donatário. As terras recebidas por Filipe Cavalcanti eram contíguas às terras de João Paes Barreto e alcançavam as duas margens do rio Arassuagipe, atual Pirapama. O Santa Rosa atualmente pertence à Usina Salgado e suas terras ao município de Ipojuca.

Um dos engenhos mais importantes do Cabo, o engenho Guerra, figura como propriedade de João Paes Barreto, por fazer parte do lote de 10 engenhos “*bem montados*” que recebeu como dote de sua mulher D. Inez Guardes de Andrade, filha de Francisco de Carvalho de Andrade.

João Paes Barreto, filho de Antonio Velho Barreto teve muitos irmãos: Estevão, Cristóvão, Miguel, Diogo, Antonio, Filipe e D. Catarina. Por seu falecimento em 1617, o seu primogênito Francisco Paes Barreto tornou-se o Morgado do Cabo. O Morgado compreendia os engenhos, Velho, Santo Estevão, Ilha e Guerra. Todos situados no distrito do Cabo, paróquia de Ipojuca.

Em 1637, o Morgado deixou Pernambuco por causa da invasão holandesa e seus bens foram confiscados pelos holandeses e os seus engenhos, Velho e Guerra, vendidos por 70 mil florins, quantia valiosa que indica a importância e o valor daquelas propriedades. O engenho Guerra era movido a bois e os demais à água. Um armazém situado junto ao Rio Pirapama, recebia o açúcar e o enviava a Recife por barcas que poderiam transportar de 100 a 110 caixas de açúcar.

O Engenho Guerra em 1817 acolheu o exército revolucionário republicano. O general Suassuna ocupou esse engenho, que pertencia a um descendente do Morgado do Cabo, também republicano, reunindo 2.600 homens de infantaria e um parque de artilharia de 06 canhões. Aí, os revolucionários permaneceram até o dia 15 de maio de 1817 quando apareceu o exército realista com um efetivo de 2.664 homens, que compreendiam: caçadores da legião da Bahia, 418; infantaria do Primeiro Regimento, 140; Cavalaria da Legião, 116; Cavalaria Milicianiana

de Sergipe, 100; Milícias Brancas de Penedo, 100; ditas pardas de Penedo, 100; Santo Amaro das Grotas, 500; ditas cavalarias de Santo Amaro das Grotas, 100; ditas das Alagoas, Atalaia e Andia, 300; ditas de Porto Calvo e das Pedras, 360; e ditas de Sirinhaém, Ipojuca e Una, 170. Na batalha entre os dois exércitos, o republicano teve que se retirar e os realistas ocuparam o engenho. Atualmente, o engenho Guerra pertence à Usina Salgado e suas terras fazem parte do Município de Ipojuca.

O Engenho Tapera, quando de sua fundação, pertencia ao Termo do Cabo. Posteriormente, Antonio de Albuquerque Maranhão, Capitão do Regimento de Dragões da Capitania e administrador da Capela, vinculou o Engenho Tapera, em favor de sua sobrinha D. Margarida Muniz de Melo casada com Matias de Albuquerque Maranhão. As terras do referido engenho foram agregadas à Usina Salgado, em fins do século XIX e atualmente pertencem à Usina Salgado.

Do engenho Salgado em Ipojuca há referências de vários autores, que o mesmo foi confiscado e vendido pelos holandeses. Em 1640, nele foi construída uma capela, sob a invocação de Nossa Senhora de Nazaré. Provavelmente em compensação pela destruição da ermida de Nazaré pelos holandeses. As terras do engenho Salgado eram muito extensas, iam do outeiro de Nazaré até o sul do Cabo de Santo Agostinho. Quando se cogitou construir o cemitério em 1856, o mesmo foi localizado nas terras deste engenho.

Após a derrota dos republicanos em 1817, a Coroa Portuguesa confiscou 40 engenhos e entre eles estava o engenho Salgado. Durante a Revolução de 1817, ele foi saqueado e seu proprietário preso. Em fins do século XIX, o engenho Salgado recebeu a concessão para se transformar em Engenho Central e depois se tornou a base para a Usina Salgado.

O engenho Trapiche se localizava, no século XVI e XVII, em uma região que os holandeses chamavam de Bela Pojuca. No termo de Ipojuca além do engenho Trapiche constavam outros engenhos. Trapiche sob a invocação do Bom Jesus pertencia a Francisco Dias Delgado. Era um grande engenho movido à água, assim como o Sibiró de Baixo, Sibiró de Cima, Santa Luzia e Coroçau.

Segundo o relato do holandês Adriano Verdonck, a povoação de Ipojuca era constituída de 600 habitantes e o lugar agradável para

moradia. Em seu termo havia muita gente abastada. Os engenhos utilizaram uma média de 60 escravos por unidade.

Com a invasão holandesa, os engenhos foram confiscados e vendidos. Ainda segundo a Memória de Adriano Verdonck, escrita em 1630, os engenhos dessa localidade produziram grande quantidade de açúcar. A safra anual que estava entre seis e sete mil arrobas era escoada através de barcos. Os barcos subiam o rio para transportar o açúcar. Cada barco levaria 100 caixas.

No século XVIII as notícias sobre o Trapiche surgem dentro da discussão patrimonial dos bens do seu antigo dono e sua relação com a Santa Casa de Misericórdia. Os termos da discussão interessam pelo que se pode perceber sobre a importância dessa propriedade, a riqueza do seu dono e também pelo entrelaçamento de famílias ligadas ao açúcar.

No século XVIII, a propriedade do Trapiche pertencia a D. Francisco de Souza, filho natural de D. João de Souza, marido de Inês Barreto. Desse casamento não houve herdeiros legítimos. D. Francisco de Souza desempenhou interinamente o cargo de governador da Capitania e administrava 02 hospitais, fundados em 1686 – hospital Nossa Senhora do Paraíso e São João de Jesus. Sucedeu a D. Francisco, o seu filho João de Souza, que ao falecer em 30/12/1749 legou ao hospital, o Engenho Trapiche em Ipojuca. Isto significa dizer que, suas rendas deveriam sustentar aquela instituição, que além do engenho contabilizava 02 fazendas de gado e cavalo, no sertão do Cariri, moradas de casa no Recife, “*uma sorte de terras*” em Cajabassu e um pesqueiro de rede na praia do Paiva, com 500 braças de terra para oeste. Este pesqueiro se situava onde hoje é Barra de Jangada até Tapuama.

D. João de Souza ao morrer e por não ter descendentes diretos, o juiz de órfãos e ausentes lançou mão de seus bens patrimoniais. Apresentaram-se com pretensões de direito a essa sucessão várias pessoas importantes e alguns parentes indiretos: o Capitão-mor João Paes Barreto, o mestre de campo João Marinho Falcão, e o licenciado Francisco de Souza Passos. A decisão final veio a favor do Capitão-mor João Paes Barreto. O hospital ficou sob a sua administração e lhe sucedeu o seu filho Francisco Paes Barreto – o Marquês do Recife. Quando o hospital passou para a alçada da Santa Casa de Misericórdia, os herdeiros entraram

em acordo com ela e o Engenho Trapiche passou outra vez para as mãos dos descendentes dos seus antigos proprietários.

Há uma sucessão de proprietários do Trapiche Francisco Dias Delgado edificou um Convento às suas custas e entregou aos religiosos franciscanos. Doou, além do Convento, terras em volta do mesmo, as quais os religiosos tiveram a posse até 1822.

Neste ano, era senhor do engenho Trapiche, Joaquim Pedro do Rego, que a pretexto de levantar outro engenho, Bom Jesus ou Conceição Nova, anexou às terras dos franciscanos. Para tanto, solicitou os títulos das terras dos religiosos e nunca os devolveu. Esta é a origem do engenho Conceição Nova.

Em 1887, o engenho Trapiche recebeu concessão para se transformar em Engenho Central. Em 1890, constituiu-se a base para a formação da Companhia Agrícola e Mercantil de Pernambuco. Em 1934, funde-se à Ubaquinha para formar a grande usina Trapiche.

Engenho Conceição Nova, cuja origem já foi relatada anteriormente, foi palco ativo na guerra dos Cabanos. O coronel Joaquim José Luís de Souza, comandante das tropas, que combatiam os cabanos, fez desse engenho o seu quartel general.

Engenho Aldeia localizava-se nas cabeceiras do Rio Formoso e se estendia até o Cabo de Santo Agostinho. Fazia divisa com as matas de Sirinhaém, Ipojuca e mesmo do Cabo. O seu solo era rico em madeiras. A documentação encontrada sobre o engenho diz respeito aos editais de proibição de corte das madeiras ou regulamentação desses cortes.

Engenho Cucaú, antigo Cocaúpe: quando as terras do sul do Cabo de Santo Agostinho foram conquistadas dos índios foram levantados vários engenhos e entre eles o Cucaú, assim como o Arantangi, Enxagoa, Rio Formoso, Ilhetas, Una e outros. No período holandês também essas terras foram ocupadas e seus donos fugiram para a Bahia. Atualmente, o engenho, que já deu o nome à Usina, pertence à Companhia Geral de Melhoramentos em Pernambuco.

Engenho Santa Cruz, fundado próximo a confluência dos rios Jaboatão e Una, levantado por Fernão Rodrigues Vassalo em um lote de 1.400 braças de extensão e 600 de largura. Em 1616 foi vendido a Filipe Diniz da Paz, senhor do engenho Suassuna. Este engenho fez parte da

sesmaria concedida em 1566 a Gaspar Alves Pugas. Atualmente pertence à Companhia Geral de Melhoramentos de Pernambuco

Lage Nova é a denominação usada para vários engenhos que formaram o grande Trapiche. Esse engenho, nos tempos de hoje, é de propriedade da Usina Trapiche- Sua área: 7.420.737.00m.

Santa Rosa, antigo engenho, hoje pertence à Usina Salgado- Sua área: 113.251,65m.

Engenhos Centrais

Para atender as necessidades de competição no mercado internacional, diante do açúcar de beterraba da Alemanha, e o de cana das Antilhas e Insulíndia e da melhoria tecnológica do parque açucareiro cubano, pelos americanos e, também, atendendo aos interesses do capital britânico surgem os engenhos centrais. A lei, proposta pelo Gabinete Sinimbu, garantia juro às empresas que implantassem modernos engenhos para a fabricação do açúcar, substituindo os antigos banguês e/ou o engenho a vapor em vasos abertos ou fechados, vácuos e turbinas que se denominavam de “meios aparelhos”.

Em Alagoas, a Província deveria garantir juros de 7% sobre o capital investido no prazo de 20 anos. O capital inicial era de 500 mil reis para cada engenho. Alguns proprietários de engenhos se propuseram a realizar o negócio, principalmente, os senhores de engenho da Camaragibe e Pilar.

Em 1833, por decreto imperial foi concedida a construção de dois engenhos à companhia Inglesa North Brazilian Sugar Factories Company Limited.

Ao contrário de Alagoas a iniciativa da modernização do parque açucareiro pernambucano coube à burguesia agrária. As primeiras unidades modernas de produção de açúcar foram usinas e não engenhos centrais. Entre 1874 e 1884 foram implantadas 06 usinas com próprio grupo açucareiro. E, somente a partir de 1884 é que foram implantados os primeiros engenhos centrais. Entre eles o Trapiche que encerra suas atividades nesta categoria em 1934 e nesse mesmo ano funde-se à Ubaquinha em uma moderna usina de açúcar.

Os engenhos centrais, de acordo com a lei, poderiam ser transferidos a terceiros.

Muitos senhores requereram concessões e não lhes foram permitidas. Os poucos engenhos centrais que foram implantados estiveram sob a responsabilidade de The Central Sugar Factories of Brazil.

Receberam concessões para implantação de engenhos centrais os proprietários do engenho Guerra, O Pirangizinho, o Cucaú e o Salgado. Nem todos chegaram a funcionar.

Os engenhos centrais se constituíram, segundo Manoel Correia de Andrade, em fracasso. Separar a atividade industrial da atividade agrícola, que era o sonho do Barão de Lucena, não deu certo. As companhias estrangeiras não estavam familiarizadas nem com o negócio do plantio nem mesmo com a cultura que havia em torno da cana. O banguê, ou o engenho a vapor, que produzia sua própria cana vai se transformar em fornecedor de cana. Esta unidade industrial, o engenho central, também dependente da matéria prima, que estava em mãos alheias, não tinha como controlar o fornecimento da cana-de-açúcar. E as unidades agrícolas nem sempre cumpriram os contratos. Portanto, as usinas que vinham de outra experiência, e que tinham como base grandes várzeas, trataram de ampliar o domínio sobre as terras para o plantio da cana-de-açúcar e assim garantir a matéria prima.

Tanto as usinas quanto os engenhos centrais criaram exigências como a utilização de maquinaria moderna, a construção de estradas de ferro, assim como, a contratação de técnicos, práticos ou profissionais com formação universitária. Enfim, a modernização concentrou ainda mais as terras.

Bibliografia

ANDRADE, Manoel Correia. *A Terra e o Homem do Nordeste*. Recife: Editora Universitária, 1999.

ANDRADE E LINS, Gilberto Osório e Raquel Caldas. *Pirapama. Um Estudo Geográfico e Histórico*. Recife: Editora Massangana, 1984.

BARLAEUS, Gaspar. *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.

COSTA, A. F. Pereira. *Anais Pernambucanos*, 10 vols. Recife: Arquivo Público Jordão Emerenciano, 1953.

DIEGUES Jr, Manoel. *O Banguê nas Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 1980

MELO, Mário Lacerda de. *O Açúcar e o Homem*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975.

SALDANHA, Antonio Vasconcelos de. *As Capitânicas do Brasil Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno Atlântico*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

SANTANA, Moacir Medeiros de. *Contribuição à História do Açúcar em Alagoas*. Recife: Museu do Açúcar, 1970.

VAINFAS, Ronaldo. (Org.) *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Notas

¹ Professora no Departamento de História da UFPE.

² FERRAZ BARBOSA, Maria do Socorro, ACIOLI Vera Lucia, ASSIS Virgínia M. A. *Fontes Repatriadas. Anotações de História Colonial*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

³ Comparar a SALDANHA, Antonio Vasconcelos de. *As Capitânicas do Brasil, Antecedentes, Desenvolvimento e Extensão de um Fenômeno Atlântico*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

⁴ Citado por SALDANHA, Antonio Vasconcelos de. *As Capitânicas do Brasil*. Op. cit. p. 44.

⁵ Idem, p.46

⁶ Idem, p. 52.

⁷ “Segundo Costa Porto, o termo estaria ligado ao sesmo, colégio feudal, integrado por seis membros, encarregados de repartir o solo entre os moradores. A Lei de Sesmarias data de 1375, reinado de D. Fernando e tinha como objetivo colocar em produção todas as terras agricultáveis”. VAINFAS, Ronaldo. (Org.) *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

⁸ COSTA, A. F. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco. Tomo IV, P468, 1954.

⁹ Idem, p. 148, 149, 150.

¹⁰ Pela lei das Sesmarias, o sesmeiro não podia doar definitivamente terras a outrem, isto é, não podia dividir, mas lhe era permitido vincular uma pessoa à propriedade.

¹¹ ANDRADE, G. O. A. e LINS, R. C. *Pirapama. Um Estudo Geográfico e Histórico*. Recife: Editora Massangana, 1984, p. 106.

¹² Ambrósio Fernandes Brandão é o autor do livro: *Diálogos das Grandezas do Brasil*, escrito no século XVII, sob o pseudônimo de Brandônio.

¹³ Coletânea de Documentos sobre a História de Pernambuco, publicada pela Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, entre 1954 e 1959.

¹⁴ Esta freguesia era muito mais extensa do que hoje reconhecemos como cidade do Cabo de Santo Agostinho. Assim também Ipojuca, Sirinhaém e Rio Formoso já se pertenceram mutuamente, e já estiveram subordinados ao Cabo de alguma forma.

¹⁵ Estas informações sobre a geo-política da região facilitam o entendimento sobre as diversas localidades, em que o leitor comum poderá se perder diante dos nomes dos engenhos, que sendo os mesmos, aparecem em diferentes municípios dependendo das datas assinaladas.